

5
UFRJ/IBI
TD74
043937-1

Instituto de Economia
Universidade Federal do Rio de Janeiro

INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



TEXTO PARA DISCUSSÃO Nº 74

AS MACROECONOMIAS NEOCLÁSSICA
E KEYNESIANA - ALGUNS REPAROS
À "DINÂMICA MACROECONÔMICA" DE
SIMONSEN.

Fábio Celso de Macedo Soares
Guimarães

Maio/1985



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA INDUSTRIAL



ESTE LIVRO SÓ DEVE SER CONSULTADO NA BIBLIOTECA

As Macroeconomias Neoclássica e Keynesiana

Alguns reparos à "dinâmica macroeconômica"
de Simonsen

Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães
Maio/1985



43 - 016369

anpec

INSTITUTO NACIONAL
DE ECONOMIA INDUSTRIAL
E DE PESQUISA
ECONÔMICA

Este trabalho foi impresso
com a colaboração da ANPEC
e o apoio financeiro do PNPE



INVENTARIADO

25/07/86

FEA - UFRJ BIBLIOTECA Data: 02 / 07 / 85 N.º Registro: 043937-1 NS98297

S
UFRJ/IEI
TD 74

FICHA CATALOGRÁFICA

Guimarães, Fábio Celso de Macedo Soares
As macroeconomias neoclássica e keynesiana
Alguns reparos à "dinâmica macroeconômica de
Simonsen --Rio de Janeiro; UFRJ/Instituto de
Economia Industrial, 1985.
12 p. -- (Texto para Discussão, nº 74)

AS MACROECONOMIAS NEOCLÁSSICA E KEYNESIANA

ALGUNS REPAROS À "DINÂMICA MACROECONÔMICA"
DE SIMONSEN

Fábio Celso de Macedo Soares Guimarães

Em seu bem cuidado manual, o professor M. H. Simonsen⁽¹⁾ dedica os dois primeiros capítulos respectivamente à macroeconomia neoclássica e à teoria keynesiana.

Neste artigo pretendo tecer algumas considerações críticas a esses capítulos e, mais propriamente, discutir as peculiaridades da visão simonseniana da Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda de J. M. Keynes. Para isso, entretanto, a apreciação da abordagem que o autor adotou no que concerne à teoria neoclássica é fundamental, uma vez que a Teoria Geral (doravante T. G.) se inicia com a exposição daquilo que Keynes denominou "Teoria Clássica" (na verdade neo-clássica) e de sua crítica, que constitui peça inseparável da construção teórica subsequente.

Simonsen inicia relacionando os pilares da macroeconomia neoclássica, que, embora expostos de maneira diversa, coincidem com a apresentação de Keynes, e podem ser traduzidos nos seguintes pontos:

- o livre jogo das forças de mercado fazem a economia tender para a ausência de desemprego involuntário.
- a política monetária não afeta o produto, o emprego e os preços relativos.

(1) SIMONSEN, Mario Henrique. Dinâmica Macroeconômica, Mc Graw Hill, 1983.

- a quantidade de moeda só afeta o nível geral de preços.

O autor parece considerar tais proposições como suficientes para caracterizar o cerne do pensamento macroeconômico neo-clássico, mas não parece perceber a inconsistência de uma afirmação subsequente onde diz que "os economistas neoclássicos (...) acabaram descrevendo dois mundos distintos. Um, o das configurações de equilíbrio, outro, o dos ciclos econômicos."⁽²⁾ Ora, os pilares acima citados só se referem a situações de equilíbrio, que eram, aliás, as que interessavam aos teóricos neoclássicos do século XIX e início do XX, uma vez que, segundo eles, a economia tendia sempre para esse estado. Os mecanismos que garantiriam essa tendência tinham, para eles, funcionamento garantido a menos que fossem bloqueados por interferências externas. Com tais pressupostos fica difícil esclarecer onde se encontra o "mundo neoclássico dos ciclos", e nem Simonsen se dedica a desvendá-lo.

Ainda no início do seu livro, nosso autor sumariza previamente o conteúdo dos tópicos contidos no capítulo 1 e declara que os de número "1.2 a 1.6 servem indistintamente às teorias neoclássica e keynesiana."⁽³⁾ Aí começam minhas discordâncias. Senão vejamos: o tópico 1.2 trata dos "modelos de equilíbrio agregativo de curto prazo", os quais partem de uma série de pressupostos, figurando entre eles o de uma economia que produz um único produto. Tal pressuposto é absolutamente ausente do texto da T.G., e em nenhum momento Keynes o considerou necessário. Aliás, a relação biunívoca entre emprego e produto no curto prazo, esse sim um pressuposto Keynesiano, já resolve o problema da multiplicida

(2) Ibid. p. 2.

(3) Ibid. p. 4.

de de produtos.

Outro pressuposto supérfluo para a T.G., e incluído no tópico 1.2 mencionado, é o da homogeneidade da mão-de-obra. Quando trata dos conceitos de unidade de salário e de unidade de trabalho, Keynes deixa claro que a heterogeneidade da mão-de-obra é perfeitamente compatível com a teoria.

O tópico 1.4 trata da função oferta de mão-de-obra descrita, seguindo fielmente o postulado neoclássico, como uma função direta do salário real. Considerar tal função como servindo indistintamente às teorias neoclássica e keynesiana é um exagero, pois foi exatamente essa função um dos principais alvos da crítica de Keynes. A menos que a estabilidade ou não de uma função macroeconômica seja um detalhe irrelevante.

Mas é no tópico 1.5 que me parece residir o maior conflito entre a teoria de Keynes e o modo como a encara o autor em questão. Usando analogia com as funções oferta e demanda no mercado de bens e a versão de Samuelson da lei da oferta e da procura, conclui Simonsen que a poupança tende a se igualar ao investimento "ex-ante" ou investimento "voluntário", através da equação

$$\frac{dY}{dt} = K(A - S(Y)), \text{ onde}$$

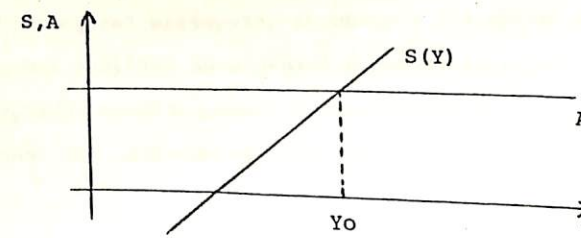
Y = produto real

$S(Y)$ = função poupança

t = tempo

A = investimento voluntário

ou através do gráfico



Com isso o que está afirmando é simplesmente que a economia tende para a vigência da "Lei de Say", tão desprezada por ele como veremos adiante, pois significa afirmar que as forças econômicas levam necessariamente a uma situação onde não há formação de estoques indesejáveis, representada pela diferença entre A e $S(Y)$. Tudo bem se se tratasse da descrição de alguma teoria disponível na praça. Mas acontece que Simonsen declara que isso "se constitui na essência do modelo keynesiano simplificado"⁽⁴⁾, o que me parece demais. Só se o "keynesiano" aí não se referir a Keynes, pois a negação da "Lei de Say", isso sim, é um dos pilares da essência da T.G. Além do mais, para Keynes o correto é

$$Y = I(I)$$

$$S = I$$

e não $S = S(Y)$. O consumo é que é função da renda, não sendo, portanto, compatível a existência da função $S = S(Y)$, uma vez que $C + S = Y$, a menos que seja satisfeita a condição $S(Y) = Y - C(Y)$. Mas nesse caso $S(Y)$ não é uma função independente e apenas um resultado do sistema

$$\begin{cases} C = C(Y) \\ C + S = Y \end{cases}$$

Sobretudo, para Keynes, o que importa para a determinação da renda é o investimento real, seja ele composto de estoques desejados, indesejados ou de equipamento produtivo, independentemente de sua coincidência ou não com o investimento desejado ou "ex-ante". Na T.G. aliás não figuram as categorias "ex-post" e "ex-ante". Keynes deixa claro que a formação de estoques indesejáveis pode influenciar a demanda efetiva nos períodos subsequentes, mas essa é outra questão e, de qualquer maneira, não seria

⁽⁴⁾ Ibid. p. 18, 3º parágrafo.

esse o único elemento condicionador das expectativas futuras. Pode se considerar implícito na T.G. que a decisão de investir, privada ou pública, influencia a função demanda agregada e, portanto, a demanda efetiva, mas não se deduz daí que o investimento real tenda a se igualar ao investimento desejado. O que importa é a decisão de produzir, e esta é governada por expectativas de curto prazo em relação às quais a decisão de investir é apenas um dos fatores determinantes, embora, talvez, o mais importante.

Outra qualificação com que Simonsen brinda a T.G., dentre várias, está no tópico anterior (1.4) onde se lê a afirmação de que "a possibilidade de equilíbrio com desemprego é a tese central da Teoria Geral de Keynes"⁽⁵⁾. Não me parece muito lógico chamar de "equilíbrio" o fato de que o produto real pode estar num determinado nível onde a demanda de mão-de-obra esteja abaixo da oferta. Onde está o equilíbrio?

A afirmação de Keynes é justamente o contrário, ou seja, de que o normal é não haver equilíbrio no mercado de trabalho, e mais, que a flexibilidade dos salários nominais não é garantia nenhuma para que se dê tal equilíbrio. Aparentemente Simonsen associa a expressão equilíbrio à situação das empresas, em concorrência perfeita, estarem produzindo no nível de lucro máximo. O princípio da demanda efetiva, essa sim, talvez a tese central da T.G., vem justamente descartar a prevalência teórica de tal equilíbrio.

O capítulo 1 do objeto de minha análise, mostra-se particularmente confuso quando pretende abordar a "demanda agregada neoclássica", envolvendo nessa operação a teoria quantitativa da

⁽⁵⁾ Ibid. p. 15, 1º parágrafo.

moeda (T.Q.M.). O tópico 1.8 se inicia com a apresentação de uma das formas em que se representa a T.Q.M., ou seja, $MV = PY$, deixando claro que a T.Q.M. consiste apenas em considerar V constante, sem o que a expressão não passaria de uma identidade. Certo e de acordo com um dos pilares da teoria neoclássica relacionados inicialmente, segundo o qual a oferta monetária afeta exclusivamente o nível geral de preços. Portanto $P = f(M)$ segundo a T.Q.M. Logo após, no entanto, Simonsen escreve o seguinte: "Contudo muitos neoclássicos passaram a usar a equação $MV = PY$ como se ela descrevesse o equilíbrio no mercado do produto, entendendo que $MV = PY^d$ " (6), onde Y^d = demanda agregada real do produto. Não são citados esses neoclássicos, mas, surpreendentemente, o autor passa a privilegiá-los mais adiante, declarando: "Chega-se assim a:

$$PY^d = MV$$

que é a lei neoclássica da demanda agregada." (7)

Assim, o volume de pagamentos passa a afetar a demanda nominal de bens e serviços e não mais apenas o nível de preços, revoando, portanto, o pilar neoclássico há pouco referido. Mas Simonsen não fica aí, e passa a usar ele mesmo essa versão para "demonstrar o principal teorema da macroeconomia neoclássica: de que os salários nominais sejam flexíveis, o sistema econômico tende a equilibrar-se a pleno emprego." (8)

Dividindo ambos os membros da equação acima pelo nível de salário nominal (W), chega ele à função:

(6) Ibid. p. 25, 3º parágrafo.

(7) Ibidem, 5º parágrafo.

(8) Ibid. p. 30, 3º parágrafo.

$$Y^d = \frac{M/W \cdot V}{P/W}$$

significando $Y^d = f(P/W)$, que é sua função da demanda agregada.

Essa função tem W como parâmetro, sendo portanto instável, ou seja, se desloca a qualquer variação de W , dado M . Nesse caso sempre existirá um valor de W onde a demanda agregada se equilibrará com a oferta agregada, no pleno emprego, desde que exista uma função oferta agregada $S = S(P/W)$ onde $0 < S'(P/W) < \infty$.

Este é o artifício que nosso autor utiliza para demonstrar também a possibilidade do que chama "equilíbrio com desemprego" no modelo neoclássico (9). Equilíbrio no mercado de bens, por suposto, mas não no mercado de trabalho que é o que interessa no modelo neoclássico.

É bom frisar que esse artifício faz a demanda agregada real depender da oferta monetária, o que não se compatibiliza com a T.Q.M. Simonsen faz uso desse esquema para desqualificar o uso da Lei de Say como justificativa de "muitos economistas neoclássicos" para o equilíbrio a pleno emprego. (10). Argumenta que, válida a Lei de Say, as curvas de oferta e demanda agregadas no mercado de bens seriam coincidentes, o que é verdade, deixando o emprego em equilíbrio indiferente, o que é falso, pois o emprego, no modelo neoclássico, é determinado no mercado de trabalho. A Lei de Say garante apenas que não haverá obstáculos à oferta de bens por deficiência de demanda. A teoria neoclássica diz que é o mercado de trabalho que definirá o salário real de equilíbrio e a lei de Say garante apenas que, qualquer que ele seja, haverá um nível de produto correspondente que será o de pleno em -

(9) Ibid. p. 32, 1º parágrafo.

(10) Ibidem, 4º parágrafo.

prego, dado que a função neoclássica oferta de trabalho é uma função de pleno emprego, entendido como ausência de desemprego involuntário.

A conclusão de Simonsen, aliás, apenas demonstra a inadequação de suas funções oferta e demanda agregada para demonstrar o teorema neoclássico em questão.

Dizer que "a Lei de Say é desnecessária para a obtenção de qualquer teorema relevante da macroeconomia neoclássica", como afirma o autor⁽¹¹⁾, significa eliminar um dos pilares daquela teoria, uma vez que implicaria em admitir-se uma demanda de trabalho menor que a de equilíbrio causada por deficiência esperada de demanda no mercado do produto, o que é, afinal, o que Keynes vai defender. A Lei de Say é, portanto, a garantia necessária mas não suficiente, para que se postule a tendência do equilíbrio com pleno-emprego.

Simonsen parece não perceber que diversas colocações suas sancionam na verdade essa posição. Sua própria função de oferta agregada depende da Lei de Say, dado que S depende apenas de P/W e a função é contínua até o pleno emprego. Algumas hipóteses mencionadas por ele como típicas da teoria neoclássica são, na verdade, versões da Lei de Say, como por exemplo: "Como aplicação duradoura de patrimônio, a moeda se considera absolutamente indesejável por não render juros"⁽¹²⁾, ou seja, a moeda não tem função de reserva de valor, corolário da Lei de Say. Ou ainda, ao descrever a teoria wickselliana da taxa de juros: "O importante é que se exclua a hipótese de os indivíduos entesourarem voluntariamente as suas poupanças ao invés de aplicá-las em títu-

(11) Ibid. p. 33, 3º parágrafo.

(12) Ibid. p. 21, 6º parágrafo.

los. No contexto neoclássico, em que a moeda se considera indesejável como ativo permanente, essa exclusão é perfeitamente natural."

Passemos agora ao capítulo II que trata propriamente da teoria keynesiana.

No tópico introdutório sobre os fundamentos da teoria keynesiana, Simonsen volta a expressar sua insistente desavença com o uso da Lei de Say ao dizer que "a T.G. insiste em atacar a Lei de Say quando, de fato, se opõe à T.Q.M."⁽¹³⁾. Keynes, no entanto, deixou bem claro que as duas coisas estão relacionadas e, na verdade, são interdependentes. Sem dúvida sem a exclusividade do uso da moeda como meio de troca não há Lei de Say, e sem Lei de Say não se pode postular a constância da velocidade-renda da moeda.

Ainda nesse tópico é reafirmado o que me parece talvez o mais importante equívoco em relação à substância da T.G., e, desta vez, colocado em termos enfáticos. Lê-se, textualmente, que uma das "três inovações introduzidas pela T.G. no campo teórico é a hipótese da rigidez dos salários nominais."⁽¹⁴⁾ O tópico 2.2 é totalmente dedicado a essa "inovação", e nele Simonsen faz extensa discussão sobre a suposta posição de Keynes quanto ao comportamento dos trabalhadores no que concerne às reivindicações salariais, atribuindo certamente à T.G. muito mais do que ali está escrito, e conferindo a esse tema importância que Keynes seguramente jamais concedeu. A dinâmica do mercado de trabalho, que o autor, implicitamente, considera simplista na T.G.⁽¹⁵⁾, não se inclui em nenhum dos fundamentos dessa mesma teoria.

(13) Ibid. p. 44, 2º parágrafo.

(14) Ibidem, 3º parágrafo.

(15) Ibid. p. 49, 5º parágrafo.

O que Keynes fez, na realidade, foi simplesmente criticar o que ele chamou de "teoria clássica do emprego", mostrando a in consistência que envolvia a hipótese que resultava na função oferta de trabalho. Além de constatar a não perfeita flexibilidade de do salário nominal, como observação empírica e não como pressuposto teórico, Keynes considerou mais plausível que os trabalhadores defendessem mais o salário nominal que o real, o que, nesse caso, tornaria instável a função oferta de trabalho $S_N = S(W/P)$. Além disso, aparentemente, Keynes não levava muito a sério a hipótese de trabalhadores se recusarem a trabalhar abaixo de certo nível de salário real em plena recessão. Possivelmente, para ele, a função oferta de trabalho era uma reta perpendicular ao eixo da variável "nível de emprego", passando pelo ponto de pleno emprego absoluto.

O importante, entretanto, é que essas considerações são absolutamente secundárias para a T.G., e Keynes deixa claro que, mesmo válida a função oferta de trabalho, e mesmo com flexibilidade total do salário nominal, não há tendência automática de equilíbrio com pleno emprego, uma vez que não é o mercado de trabalho que determina a renda e o emprego, mas sim o princípio de demanda efetiva, ou seja, as variáveis que condicionam as expectativas do preço da demanda agregada para cada nível de produto, e as expectativas quanto aos custos da produção também para cada nível de produto no curto prazo. A rigidez dos salários nominais não é um pressuposto e nem uma inovação da T.G. Keynes admite a função demanda de trabalho, o que equivale a aceitar como hipótese o mercado de concorrência perfeita, mas não a utiliza para a determinação do nível de emprego, mas sim, implicitamente, para a determinação do nível de salário real.

Na parte referente à teoria monetária keynesiana, o autor



atribui a Keynes a hipótese que ele denomina de "rigidez das expectativas" a curto e médio prazo quanto à taxa de juros futura⁽¹⁶⁾. Simplesmente não existe tal hipótese na T.G., pois ela equivaleria supor estável a função demanda de moeda pelo motivo especulação a curto e médio prazo. Keynes em nenhum momento ignora ou se opõe à possibilidade de deslocamento da curva de preferência pela liquidez por alteração no estado das expectativas. Muito pelo contrário.

Simonsen, no tópico 1.6, procura formalizar o "sistema keynesiano de equilíbrio", e, ao fazê-lo, declara que ele determina as variáveis Y (produto), N (emprego), r (taxa nominal de juros), P (nível de preços) e W (salário nominal). Na verdade isto é uma decorrência da falsa hipótese de rigidez dos salários nominais. Na verdade, as variáveis keynesianas são medidas em unidades de salário, e, portanto, W não fica determinado pelo sistema. O que pode se considerar determinado, desde que se aceite implícita a hipótese de concorrência perfeita, é, como já foi assinalado, o nível real de preços (P/W). Obviamente isso pressupõe, como aliás observa Simonsen, considerar como exógenas as variáveis M (oferta de moeda), E (taxa de câmbio), T (receita tributária) ou a função $T = f(Y)$, e G (gastos do Governo).

Curiosamente Simonsen só se refere ao multiplicador do investimento após expor todo o sistema keynesiano, e explica esta particularidade afirmando que a teoria do multiplicador "é corolário do modelo keynesiano simplificado"⁽¹⁷⁾, entendido este modelo como aquele em que a variável investimento (I) é considerada exógena, não dependendo, portanto, nem da função eficiência

(16) Ibid. p. 61.

(17) Ibid. p. 68, 1º parágrafo.

marginal do capital nem da taxa de juros. Não consegui atinar com a lógica da explicação. Qualquer que seja a origem de um acréscimo no investimento agregado (ΔI) dar-se-á, segundo a T.G., um acréscimo no produto (ΔY) igual $\frac{1}{1-c} \cdot \Delta I$, sendo c = propensão marginal a consumir, não dependendo tal teoria de nenhuma simplificação do modelo formulado por Keynes.

Esses foram alguns pontos que me pareceram interessantes ressaltar, e o fiz sem intuito de polêmica, o que seria pretensão, nem de colaboração, maior pretensão ainda. Creio, entretanto, que essas observações poderão ser úteis em seminários para os professores de Macroeconomia, especialmente quando indiquem o texto em apreço em suas bibliografias. Devo assinalar, sem intenção de elogio, o rigor formal, a clareza e a abrangência com que o autor elaborou seu trabalho, o que não surpreende sendo ele quem é.

A guisa de conclusão transcrevo observação do autor ao final do capítulo II:

"Parece claro que boa parte dos exageros de lado a lado se deve a preferências ideológicas. A esquerda gostaria que o mundo se comportasse de acordo com o modelo keynesiano simplificado. A direita desejaria viver no mundo de Friedman e, se possível, no dos novos clássicos."

Aparentemente, segundo nosso autor, a esquerda moderou um tanto exageradamente suas aspirações.

PUBLICAÇÕES DO IEI EM 1985

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

	Nº de páginas
65. TAVARES, Maria da Conceição e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. <u>Uma reflexão sobre a inflação contemporânea.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1984. (Discussão, 65)	30
66. ERBER, Fábio Stefano; GUIMARÃES, Eduardo Augusto; ARAUJO JR., José Tavares de. <u>A política tecnológica da segunda metade dos anos oitenta.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1984. (Discussão, 66)	55
67. SABOIA, João L.M. e TOLIPAN, Ricardo M.L. <u>A relação anual de informações sociais (RAIS) e o mercado formal de trabalho no Brasil.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 67)	24
68. TAVARES, Maria da Conceição. <u>A retomada de hegemonia norte-americana.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 68)	24
69. SABOIA, João L.M. <u>Considerações sobre as transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a recessão - 1980/1983.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 69)	52
70. ZONINSEIN, Jonas. <u>Valor, concorrência e concentração.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985 (Discussão, 70)	47
71. KUPFER, David S. <u>O setor de medicamentos no Brasil: aspectos da estrutura industrial.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 71)	21
72. PENA, Maria Valéria Junho. <u>A política salarial do governo Figueiredo: um ensaio sobre sua sociologia.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 72)	41
73. LEITE, Antonio Dias. <u>A transição para a Nova República.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 73)	101
74. GUIMARÃES, Fábio Celso de Macedo Soares. <u>As macroeconomias neoclássica e keynesiana - Alguns reparos à "dinâmica macroeconômica" de Simonsen.</u> IEI/UFRJ, Rio de Janeiro, 1985. (Discussão, 74)	14